

**A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA APP-SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**

**THE TERRITORIAL ORGANIZATION OF APP-SINDICATO – UNION OF
WORKERS IN PUBLIC EDUCATION OF PARANÁ**

**LA ORGANIZACIÓN TERRITORIAL DE LA APP-SINDICATO DE LOS
TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA DE PARANÁ**

Guilherme Aurélio Crestani Magalhães

Especialista em Ensino e Pesquisa na Ciência Geográfica pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.
guicrestani@hotmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-3335-7412>

Émerson Dias de Oliveira

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Pedagogo da rede municipal de Laranjeiras do Sul/PR.
cooperativismopopular@hotmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-0758-7663>

Cleiton Costa Denez

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Membro do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES/UNICENTRO).
cleiton.denez@hotmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-4344-3077>

Recebido para avaliação em 12/09/2020; Aprovado para publicação em 28/12/2020.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de contextualizar a consolidação e organização territorial da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. Para tanto, utilizou-se de referencial para suporte teórico-conceitual e de entrevistas com lideranças sindicais para resgatar a consolidação desta entidade sindical e analisar a sua organização territorial. A APP-Sindicato se organiza a partir de uma direção estadual, sediada em Curitiba e com 29 núcleos sindicais, distribuídos pelo interior do Paraná, com direções regionais que atuam com autonomia e articuladas por diversas instâncias de deliberação, como conselhos e assembleias. A capacidade de aglutinação de diferentes entidades sindicais ao longo do tempo em torno da APP, com unificações de sindicatos de professores(as) da educação básica e de funcionários(as), permitiu romper o fracionismo sindical, compor a categoria de trabalhadores da educação pública básica e a atuação macroterritorial e regionalizada com os núcleos sindicais, permitindo capilaridade e densidade das ações sindicais desta entidade frente a diferentes governos, no Paraná.

Palavras-chave: Território; Sindicato; Núcleos Sindicais.

ABSTRACT

This article aims to contextualize the consolidation and territorial organization of APP-Sindicato – Union of Workers in Public Education of Paraná. Therefore, it uses a framework for conceptual theoretical support and interviews with union leaders to rescue the consolidation of this union entity and analyze its territorial organization. The APP-Sindicato is organized from a state directorate, headquartered in Curitiba and with 29 union nuclei, distributed throughout the interior of Paraná, with regional directorates that act autonomously and are articulated by various instances

of deliberation, such as councils and assemblies. The capacity of agglutination of different union entities around the APP over time, with unifications of unions of basic education teachers and employees, allowed to break the union fractionalism, compose the category of public basic education workers and macro-territorial and regionalized action with union nuclei, allowing capillarity and density of union actions of this entity in Paraná before different governments.

Keywords: Territory; Union; Trade Unions

RESUMEN

Este artículo tiene el objetivo de contextualizar la consolidación y organización territorial de la APP-Sindicato de los Trabajadores de la Educación Pública de Paraná. Para ello, utiliza referencias para el soporte teórico-conceptual y entrevistas a líderes sindicales para rescatar la consolidación de esa entidad sindical y analizar su organización territorial. La APP-Sindicato se organiza a partir de una dirección estatal, con sede en Curitiba, y 29 núcleos sindicales, distribuidos en el interior de Paraná, con direcciones regionales que actúan con autonomía y articuladas en diversas instancias de deliberación, como consejos y asambleas. La capacidad de aglutinación de diferentes entidades sindicales alrededor de la APP, a lo largo del tiempo, con unificaciones de sindicatos de docentes y de trabajadores de educación básica, permitió que se rompiera el fraccionamiento sindical, que se construyera la categoría de trabajadores de la educación pública básica y la acción macroterritorial y regionalizada con los núcleos sindicales, lo que permitió capilaridad y densidad de las acciones sindicales de esa entidad en Paraná, ante diferentes gobiernos.

Palabras clave: Territorio; Sindicato; Núcleos Sindicales.

INTRODUÇÃO

Estudos referentes ao sindicalismo no Brasil são relevantes para a Geografia, de modo que compreender a organização sindical remete à organização territorial dos mesmos como estratégia para a disputa de suas demandas frente ao conjunto da sociedade e aos governos.

O presente texto tem o objetivo de contextualizar a consolidação e organização territorial da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, entidade surgida em 1947, no período pós Segunda Guerra Mundial, diante da necessidade de organizar as demandas da categoria do magistério.

A Associação de Professores do Paraná (APP) surge como entidade defensora de direitos de classe e trabalhistas em um período histórico marcado por demandas classistas e de fortalecimento e expansão da educação pública. É o maior sindicato, atualmente, representante dos trabalhadores do serviço público no estado do Paraná. Atua também como entidade solidária à luta das demais categorias de trabalhadores do serviço público e privado, e na luta dos movimentos sociais. Organiza-se junto à CUT (Central Única dos Trabalhadores), a qual é filiada desde 1996, bem como à CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação), que possui abrangência nacional e reúne sindicatos da educação de todos os estados da Federação.

Para analisar a organização no território da APP-Sindicato do Paraná (1947-1981) foi feito o levantamento de dados históricos acerca do sindicato, no período citado, bem como entrevistas com dirigentes que atuaram na entidade. A partir de análises bibliográficas que tratam a respeito do movimento sindical e das referências e disputas, é possível compreender as relações entre sindicato e sua atuação junto ao território, especialmente no que tange à expansão da APP-Sindicato com os núcleos sindicais no estado do Paraná.

Como resultado do processo de unificação de diferentes entidades que consolidou a atual organização da APP, juntamente com a diversidade regional de um sindicato que atua em esfera estadual, o recorte regional em núcleo sindical foi o método utilizado para respeitar a diversidade espacial e ao mesmo tempo ampliar a capilaridade das ações sindicais sobre o território.

A CONSOLIDAÇÃO DA APP-SINDICATO PÓS-REGIME MILITAR

O modelo educacional do regime militar incorporou um discurso desenvolvimentista associado a uma tendência tecnicista para atender à necessidade de formação de mão de obra para a indústria nos grandes centros urbanos. A linha desenvolvimentista vinha de encontro à necessidade de que o país se expandisse economicamente, para isso o regime incorporou a necessidade do desenvolvimento do sistema de ensino com a adoção de medidas tecnicistas para a educação daquele período. “Nas décadas de 60 e 80 foi período em que se acentuou a hegemonia da tecnoburocracia. Que serviu como mecanismo neutro de controle da educação” (BERTAN, 2009, p. 24).

No cenário internacional ocorria a “Guerra Fria, com forte influência norte-americana na educação nacional, camuflada de assistência técnica que já vinha de longe e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro” (CUNHA; GÓES, 1999, p. 33). Este cenário fez com que o regime militar adotasse acordos com a *United States Agency for International Development (USAID)*, via Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esse acordo regulou a educação no período militar, abrangendo todos os níveis de ensino, quando os professores passavam por treinamentos e os livros didáticos sofriam controle de seus conteúdos.

Mesmo sob influência norte-americana e o forte controle da educação por parte do regime militar, esse período foi quando ocorreu um aumento da oferta e o acesso ao ensino público, embora tenha sido empobrecida materialmente com adoção de conteúdos simplistas de ensino: “um espaço depauperado de aquisição das primeiras aprendizagens” (SOUZA, 2009, p. 369). A demanda pela escolarização aumenta conseqüentemente os

trabalhadores assalariados na educação pública e privada e, assim, se reforça a necessidade de organizações classistas e por categorias para reivindicar direitos trabalhistas, correção salarial e melhoria das condições de trabalho.

A urbanização vertiginosa, o êxodo rural e a industrialização desdobram demandas para a organização de um sistema educacional, com ampliação do número de escolas, profissionais e vagas, bem como a consolidação de uma cadeia produtiva em torno das necessidades educacionais. Por outro lado, apesar de ocorrer à expansão dos serviços educacionais, o mesmo se dava a partir de mudanças conservadoras, sem alterar as estruturas sociais e os mecanismos de dominação, mantendo privação dos direitos individuais, coletivos e democráticos. Todo esse contexto agia tensionando sobre os educadores no interior das escolas e manifestava-se também na impossibilidade de uma maior organização sindical para fazer frente ao poder estatal autoritário e aos interesses corporativos.

Segundo Ruiz (2013), através da organização dos trabalhadores em educação no Paraná, os professores começaram a se mobilizar desde 1947, constituindo as associações de classe. O contexto histórico era marcado por demandas trabalhistas que foram resultantes do processo de proletarização do magistério e a deselitização da escola pública, que passava a atingir outros espaços da sociedade antes segregados em relação à oferta do ensino público. Esse processo marcou o surgimento de organização dos servidores públicos e sindicalização em associações de representantes dos interesses da categoria no Paraná.

Para Arnaldo Vicente¹, essas associações tinham uma atuação estadual e surgiram com a necessidade de organizar os trabalhadores. Embora as entidades atuassem na mesma categoria, existia especificidades no que tange à formação e titulação. A atuação da APP não insidia diretamente com professores que atuavam no primário escolar, em virtude de que grande parte destes professores, naquele período, eram leigos e não licenciados, não possuindo uma formação acadêmica na disciplina que lecionavam.

No histórico de organização da APP-Sindicato, 1981 é o ano em que se consolidou a APP como representante da categoria de trabalhadores em educação pública básica e sua organização territorial. Neste ano, três entidades representantes dos professores no estado se unificaram: a APP (Associação dos Professores do Paraná), fundada em 1947, com sede em Curitiba, APLP (Associação dos Professores Licenciados do Magistério do Paraná),

¹ VICENTE, A. Entrevista 1. [Abril, 2016]. Entrevistador: Guilherme Aurélio Crestani Magalhães. Curitiba, 2016. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

fundada em 1967, com sede em Londrina e a APMP (Associação do Pessoal do Magistério do Paraná), fundada em 1972, também com sede em Londrina.

Essa especificidade da formação que existia naquele período fomentou o surgimento da APLP como representante dos professores com licenciatura. Posteriormente, a APMP surge com a pretensão de reunir todas as categorias de professores, como normalistas e outras categorias funcionais, pedagogos e diretores, não incorporados à APLP.

Segundo Dino Zanbenedett², a atuação dessas entidades no território do estado também se distinguia. A APP tinha uma forte atuação na capital, tendo pouca representatividade e atuação nas regiões do interior do estado. A APLP tinha como sede Londrina, mas sua atuação alcançou outras regiões, fixando sedes nas principais cidades do Paraná. A maioria dos núcleos sindicais³ atuais vem da configuração das sedes fundadas pela APLP no interior. A APMP tinha sede também em Londrina, e sua atuação no território se restringia ao que hoje corresponde à região do Norte Novo.

Havia no período que precedia à unificação das associações certa convergência entre demandas e mobilizações organizadas pelo movimento docente no Paraná, como reposição da inflação descontrolada, que ocasionava perda salarial. A convergência de determinadas pautas levou os professores a uma greve por salários no ano de 1986, a quarta desde a eclosão do ciclo de greves que tiveram início em 1978. O Quadro 1 especifica seis ações em que tiveram convergência entre as três entidades.

Quadro 1 – Ações e mobilizações organizadas pelo movimento dos professores no Paraná – 1963-1981

Ano	Ações e mobilizações organizadas pelo movimento docente no Paraná
1963	Em fevereiro, os (as) professores (as) realizam a chamada Operação Tartaruga, que terminou com a conquista de gratificação para professoras primárias sem habilitação e regentes (20%) e para normalistas (25%).
1968	Aconteceu a mobilização Congresso do Magistério para escapar da repressão e uma greve prolongada (BERTAN, 1996, p. 47). A categoria obteve do governo a promessa de implantar um plano de carreira.
1977	Foi instituído o Estatuto do Magistério com um quadro de carreira para os(as) professores(as).
1978	Greves eclodiram no Brasil em 1978. Em Londrina, os (as) professores (as) decidiram paralisar as atividades e foram a Curitiba para obter a adesão dos companheiros e companheiras, obrigando a APP a aderir ao movimento.
1980	Aconteceu mais uma greve, a APP aderiu ao movimento que surgiu na base.
1981	Ocorreu a quinta greve. Em maio foi promovida a unificação das três associações do Estado em torno da APP. As demais eram a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP).

Fonte: RUIZ (2013, p. 33).

² ZAMBENEDETT, D. Entrevista 2. [Maio, 2016]. Entrevistador: Guilherme Aurélio Crestani Magalhães. Curitiba, 2016. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

³ Os núcleos sindicais são recortes regionais que possuem direções autônomas em relação à direção estadual. “Art. 70. Os Núcleos Sindicais constituem-se em núcleos regionais da APP-Sindicato, estando a esta vinculados. § 1º. Suas atividades serão exercidas dentro de uma microrregião integrante da jurisdição da Entidade, definida pelo Conselho Estadual, “ad referendum” da Assembleia Estadual. § 2º. Os Núcleos Sindicais terão assegurada a sua autonomia política e financeira em nível local, desde que não contrariem as disposições estatutárias e as deliberações do conjunto da categoria” ESTATUTO DA APP-SINDICATO, 2017.

Nota-se que o movimento de professores do Paraná tinha uma maior convergência nas demandas salariais, devido às perdas salariais atingir toda a categoria.

O período da unificação que corresponde à década de 80 foi marcado por lutas importantes tanto no âmbito da defesa da democracia como na garantia de direitos e na defesa de uma educação pública para toda a população.

Para Ruiz (2013, p. 95):

A década de 1980 foi um marco nas lutas populares pela redemocratização do país. Estas lutas se desdobraram em diferentes áreas. Em relação às lutas pela educação, aparentemente, há indícios que, mesmo em condições profissionais e sociais diferentes, a luta dos trabalhadores da educação confluiu para a mesma proposição: a defesa persistente da escola pública e gratuita.

Esse cenário nacional e estadual no qual a educação pública estava em processo de expansão, atingindo outras camadas sociais até então segregadas do acesso à escola pública, conjuntamente a um processo de proletarização do trabalho docente e consequentemente levando a uma desvalorização nos salários, aliados à fragmentação de representação dos docentes em três associações e à dificuldade de fortalecimento da categoria na luta por direitos, fez com que surgisse o movimento de unificação das associações em uma única entidade representante dos professores, que se consolida na assembleia realizada em Ponta Grossa, em 13 de dezembro de 1981.

As três entidades formaram um só sindicato dos professores no estado, passo importante para a luta da educação pública do Paraná. Até o período da unificação da APP-Sindicato (1981), as entidades mantinham o caráter de associação, uma das muitas imposições da ditadura militar, uma vez que o sindicalismo nos serviços públicos no período da ditadura militar era proibido e as suas funções sindicais de reivindicar e protestar eram considerados atos que atentavam à ordem política e econômica. Evidente que houve resistência, mas foram abafadas pelo uso da força imposta pelo regime militar. Foi só a partir da Constituição Federal de 1988 que acontece a autorização da organização sindical do seguimento dos trabalhadores do serviço público. Assim, foi organizado o Congresso Extraordinário em fevereiro de 1989, quando a APP passa a ser intitulada APP-Sindicato⁴, preservando a organização e o patrimônio, e toda a estrutura financeira que pertencia à antiga associação.

É necessário destacar ainda, neste processo de consolidação da APP, a unificação sindical entre professores(as) e funcionários(as) no Paraná com a junção da APP-Sindicato

⁴ A Associação dos Professores do Paraná (APP), optou por manter a sigla APP como marca do sindicato no Congresso de 1989, adotado a sigla: APP-Sindicato. A superação do regime militar e abertura política da década de 1980 possibilitou que as entidades, antes com registradas como associações, passasse a atuar como organização sindical.

ao Sindicato dos Trabalhadores em educação pública do Paraná SINTE-PR, formando a APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná com assembleia em 1997 e referendo em 1998. Para Moraes (2020), a unificação de professores(as) e funcionários(as) de escola consolidou a organização e a luta em um processo de unidade na defesa dos direitos dos trabalhadores e na concepção de uma educação pública de qualidade social, superando um período de precarização com retomada da valorização com concursos públicos, aprovação de carreira específica e formação profissional do segmento dos funcionários da educação.

O trajeto de crescimento da APP e sua consolidação com a capacidade de aglutinação de uma ampla categoria de trabalhadores da educação básica pública de professores(as) e funcionários(as) possibilitou o fortalecimento de uma entidade sindical que tem protagonismo no espaço social paranaense nas demandas da categoria e da educação pública básica.

Movimentos grevistas, como os destacados no texto, e outros como a greve histórica de 1989, que a categoria foi atacada pela cavalaria do governo Álvaro Dias, e a greve 2015, cuja categoria foi recebida por bombas de efeito moral e gás lacrimogênio no governo Beto Richa, reforçam a expressão política da APP. Quando necessário, atos massivos são realizados para reivindicar ou resistir às ofensivas contra direitos adquiridos pela categoria. Bem como, as conquistas trabalhistas e educacionais que a organização obteve, tamanho da entidade em número de sindicalizados, capilaridade, capacidade de aglutinação de forças e segmentos permitiram avançar em pautas de interesse da categoria dos trabalhadores da educação: data-base, planos de carreira, ampliação de horas atividades, implantação de piso do magistério, formação continuada, progressão e promoção nas carreiras e etc.

Importante trunfo a ser considerado no processo de consolidação da APP, para além da capacidade de aglutinação de uma ampla base, que hoje chega também a mais de 200 redes municipais, para além da rede estadual básica, é a organização territorial em núcleos sindicais, o que permite a aproximação da estrutura sindical à base e capilaridade territorial.

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA APP-SINDICATO EM NÚCLEOS SINDICAIS

Ratzel (1983) é um dos primeiros a tratar questões sobre o solo, o território e o Estado na ciência geográfica. Território é, sobretudo, delimitar o solo. O solo com água,

agricultável, com recursos naturais, minerais, populações, cidades, serviços, equipamentos e etc. delimita-se territórios para controle dos recursos, sendo o próprio um recurso como tratou posteriormente Raffestin (1993), que inclui na problemática a questão do poder e seus recursos como trunfos, tratando as relações que se estabelecem para o exercício do poder.

Afirma Raffestin (1993, p. 50):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Desse modo identifica-se que o espaço é anterior ao território, sendo ele o palco das transformações territoriais realizadas por um determinado ator, que possui um programa, intencionalidades de como se apropriar do espaço e produzir territórios, seja Estado ou outros, como sindicatos, partidos e entidades que atuam nas relações de poder no território.

Raffestin, em sua concepção, destaca que a relação do território vai além de uma visão naturalista, onde o conceito é mediado por uma relação de poder que acaba por modificar o espaço.

Segundo Raffestin (1993, p. 50):

Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.

Para Raffestin (1993), o território acontece através do Estado, mas também a partir da atuação de outros atores sociais, como empresários e organizações políticas, como é o caso da atuação dos sindicatos.

Em Saquet (2007, p. 33), “Magnaghi traz uma abordagem materialista da organização social e em sua concepção há a intenção de gerar um novo planejamento urbano na reorganização do território, onde as implicações diretas estão relacionadas na organização política”. Neste caso, podemos citar a APP-Sindicato, entidade que possui um programa, intencionalidades e pensa sua ação espacial de forma estratégica, territorializando-se no Paraná por regiões, municípios, na forma tradicional que Raffestin (1993) trata, enquanto geometria ou quadrículas do poder e ainda na atuação em redes de poder também tratada pelo o autor.

Assim, partindo dessa teorização, o território emerge como categoria analítica e expressa a materialidade do conflito existente na organização do espaço. Dessa forma, o conceito de território irá nortear o entendimento do que ocorreu após a unificação das associações de representantes dos trabalhadores em educação e sua readequação no território no estado do Paraná.

Nesta dinâmica é importante destacar que, ao estudar a organização territorial do sindicato que se dá através da formação dos núcleos sindicais no estado, também estudamos o poder que uma entidade como a APP-Sindicato exerce sobre determinado espaço territorial.

Segundo Raffestin (1993, p. 52):

O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição a uma unidimensionalidade e à transcendência: 'o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares'. Portanto, seria inútil procurar o poder 'na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis.

Ao analisar a APP-Sindicato, observa-se explicitada a sua organização articulada no espaço de forma que produz capilaridades às ações que partem do centro de decisões, bem como consolidar ações na escala local. Assim, o território não é área de atuação de um único agente, no caso o Estado, outras organizações como os sindicatos também atuam e produzem territórios que se fecham, se articulam, se sobrepõem ou se contrapõem na lógica do tensionamento do exercício do poder e das intencionalidades dos atores que os produzem.

Conforme podemos observar, o Estado não é o único agente que transforma a dinâmica e atua nas relações de poder no território. Outras organizações acabam por apropriar e modificar estas dinâmicas e relações a partir dos recursos que dominam, bem como através das escalas que articulam nas relações de poder, que são assimétricas. É necessário considerar os recursos que cada ator detém para o seu programa. Não é possível pressupor que entidades sociais, sindicatos, grupos de minorias e etc. tenham os mesmos trunfos dos que dominam recursos do Estado ou de grandes corporações, por exemplo. Todavia, o controle ou apropriação dos territórios possui sua razão nos recursos, quem usufrui e como são distribuídos.

Após o processo de unificação, que consolidou a APP-Sindicato como o maior sindicato do Paraná, a entidade passa a ser dividida em 24 núcleos sindicais no interior do estado, com sede em Curitiba. Cada núcleo sindical conta com uma direção regional eleita

pela categoria, quando os dirigentes eleitos eram professores que atuavam na educação pública. A direção regional tinha mais contato com a base e fortalecia o elo entre o sindicato e a categoria, uma vez que a direção estadual não podia se fazer presente fisicamente em todas as regiões do estado.

A APP-Sindicato e sua articulação territorial no interior do estado facilitou a apropriação de diferentes territórios, articulando diferentes escalas – local, regional e nacional – com as entidades que possui vínculos a nível nacional e internacional. Ao desempenhar o seu programa, a APP exerce relações de poder através dos núcleos sindicais, considerando as questões locais articuladas às pautas regional e nacional no que tange à educação pública, orçamento e etc., assim como as demandas da categoria no que diz respeito à remuneração às condições de trabalho.

A APP, ao aglutinar diferentes entidades que representavam professores(as) da educação básica e o SINTE-PR e ainda ampliando sua ação para redes municipais, rompeu com o isolamento e a fragmentação sindical que poderiam enfraquecer as reivindicações de uma ampla categoria, a de Trabalhadores da Educação Pública. A ampla aglutinação de entidades sindicais permitiu à atuação de forma macroterritorial sobre o estado do Paraná e, ao mesmo tempo, à necessidade de regionalizar as suas ações para os núcleos sindicais, municípios e às escolas públicas da rede estadual e às redes municipais que aderiam a APP. A Figura 1 representa a primeira formação dos núcleos sindicais da APP-Sindicato no ano de 1981.

Figura 1 – Divisão dos núcleos sindicais da APP-Sindicato do ano de 1981



Fonte: APP-Sindicato (2015). Organizado por: CRESTANI MAGALHÃES, G.A (2017).

Com a formação dos núcleos sindicais após a unificação em 1981, a APP-Sindicato passou a exercer maior organização sobre o território, com regiões bem delimitadas onde cada município pelo possui um raio de influência sobre os demais. Esse processo favoreceu o fortalecimento e mobilização da categoria frente às demandas e pautas de reivindicação do magistério público junto ao governo do estado.

Além da territorialização do sindicato em todo o Paraná, determinado pela unificação, houve o fortalecimento patrimonial e financeiro da associação. Segundo José Rodrigues Lemos⁵, as três entidades antes da unificação possuíam um número muito baixo de associados. Com o pós-unificação, além das entidades somarem o número de associados, amplia-se seu alcance entre os professores(as) nas regiões do estado. Assim, a unificação propiciou a estruturação, interiorização, capilaridade e fortalecimento da entidade. Esse processo consolidou os núcleos sindicais no interior com a atuação próxima das escolas.

O processo de interiorização da APP-Sindicato surge da necessidade da entidade de se consolidar entre a categoria de professores e ampliar sua atuação em todo o estado. Com isso a entidade exerce um papel de poder dentro do território como representante dos interesses e relações de um determinado grupo, no caso a categoria da educação pública básica do Paraná.

O processo relacional do qual destacamos está ligado à apropriação do espaço. O sindicato se apropria de espaços de poder, produzindo e organizando territórios para irradiar influência e representação sobre um determinado grupo de trabalhadores(as), exercendo um papel de disputa com os governos do Paraná, que representam a figura patronal. Essa disputa de poder é exercida de diversas formas, como a reivindicação de melhores salários e condições de trabalho e defesa da escola pública e as disputas na pauta educacional que muitas das vezes são contrárias aos interesses de grupos de poder econômico e político.

O campo de disputas tem como palco o espaço. Espaço esse onde diversos atores exercem suas forças políticas, produzem o espaço e o conformam. A criação dos núcleos sindicais da APP-Sindicato foi a forma com que a entidade encontrou de preencher espaços vazios de representação dos professores(as) nas várias regiões ainda não alcançadas pela entidade, uma vez que a sede em Curitiba, onde se encontra o núcleo político, não tinha alcance em regiões mais afastadas.

⁵ LEMOS, J. R. Entrevista 3. [Junho, 2016]. Entrevistador: Guilherme Aurélio Crestani Magalhães. Curitiba, 2016. 1 arquivo .mp3 (15 min.).

Esse processo de disputa e as relações de poder nos revela outros atores além do estado, como o caso das entidades sindicais que possuem forte atuação dentro do espaço territorial que ocupam, fazendo a disputa direta com o estado, os grupos de poder que ocupam e suas forças, cuja representação dos trabalhadores é o centro dessa disputa no território. Uma vez que estado e o sindicato não exercem poder sobre espaços separados, mas, sim, interagindo entre si, na mesma porção do território. Assim, entendemos que os conceitos de poder e território nos auxiliam na análise da compreensão desses atores que exercem suas relações dentro de um território em comum.

Desse modo, o surgimento dos núcleos sindicais foi importante para a consolidação da entidade, potencializando a sua interiorização e seu fortalecimento entre a categoria de professores e arregimentando força de mobilização e representando as demandas da categoria frente aos governos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar as relações das entidades representantes dos trabalhadores, como é o caso da APP-Sindicato, entendemos que as mesmas exercem relações políticas dentro do território, que culminam na construção das relações de poder sobre esse território, que é delimitado e controlado, o qual também é palco de disputa de outros atores políticos, e não exclusivamente relacionado ao poder político do Estado e da esfera governamental. Esses atores que estão inseridos no processo de disputa política e que exercem suas relações dentro de determinado ponto do território passam a ser responsáveis pela articulação entre poder e território. No caso específico deste trabalho, as diversas relações de poder são exercidas pela APP-Sindicato através de seus atuais 29 núcleos sindicais, após a sua unificação, onde materializa suas relações sociais e de poder sobre o território.

Os núcleos sindicais surgiram como forma de a APP-Sindicato se organizar no espaço geográfico do território paranaense e produzir seus territórios. Isso favoreceu seu fortalecimento, pois a entidade passou a ocupar regiões onde ainda não atuava efetivamente entre a categoria dos trabalhadores em educação.

Com isso, a formação inicial com vinte e quatro núcleos sindicais, atualmente vinte nove, por todas as regiões do estado, consolida a dinâmica de poder sobre o território e amplia a sua atuação entre os sindicalizados, fortalecendo a mobilização entre a categoria.

Passados os 40 anos da unificação das três entidades em uma única representante das demandas dos professores(as) no estado do Paraná, observou-se a ampliação da base

com a unificação com o SINTE-PR, agregando os funcionários de escola à categoria de trabalhadores da educação pública básica.

É perceptível com a formação dos núcleos sindicais a influência de poder sobre o Paraná, ou na relação de disputa com a natureza política de governança do estado. Nesse sentido, a APP se constituiu na principal força aglutinadora das demandas da educação pública no estado, rivalizando, resistindo e enfrentando os governos paranaenses na defesa dos trabalhadores da educação e da escola pública.

REFERÊNCIAS:

BERTAN, T. C. **Os cargos de direção nas escolas públicas do Paraná: a trama das relações de poder.** 1996. 138 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O golpe na educação.** 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

DE PAULA, A. E. H. A relação entre o Estado e os sindicatos no Brasil sob uma perspectiva territorial. **Geografia em Questão**, v. 05, n. 02, p. 128-148, 2012.

MORAES, J. V. de. **Na educação: olhar do funcionário como educador.** Curitiba: Appris, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 2, p. 93-101, 1983.

RUIZ, M. J. F. **Lutas populares e democratização da escola pública no estado do Paraná (1983 a 2010).** 2013. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, R. F. **História da escola primária de São Paulo (1890-1976).** Campinas: Mercado das Letras, 2009.

Como citar este artigo:

ABNT

MAGALHÃES, G. A. C.; OLIVEIRA, É. D.; DENEZ, C. C. A organização territorial da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, e202041, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202041>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

APA:

Magalhães, G. A. C., Oliveira, É. D., & Denez, C. C. A organização territorial da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 6, e202041. Recuperado em 30 dezembro, 2020, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202041>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2020, Universidade Federal do Maranhão.

